

**Julgamento
adiado**

O julgamento da ação coletiva dos professores demitidos movida pela APROPUC e pelo Sinpro-SP foi transferido para esta quinta-feira, 06/04, às 16h30, no Tribunal do Trabalho (Rua da Consolação, 1842)

Consun aprova contratações de professores com salários menores

O Conselho Universitário (Consun) referendou as novas contratações de professores com salários mais baixos que os atuais, para substituir os que foram demitidos nos últimos meses. A decisão foi tomada na reunião de 29/3, que se estendeu ao longo de todo o dia, em duas partes (veja matéria nesta edição).

Os novos contratos terão prazo determinado de seis meses, e virão para dar à universidade uma “normalidade” provisória, preenchendo o vazio ainda existente em muitos cursos, que permanecem sem professores para lecionar algumas disciplinas. Os conselheiros pretendem rediscutir as formas de contratação de professores ainda nesse semestre, para colocar novas normas em prática assim que o prazo desses contratos chegar ao fim.

A decisão cria um novo quadro docente na universidade, composto por professores que cumprem a mesma função dos atuais, mas recebendo salários menores. Nesse quadro paralelo, há três categorias: num contrato de 40 horas, os que não possuem título de pós-graduação *stricto sensu* recebem R\$ 2.600, mestres terão salário de R\$ 2.900, e doutores vão receber R\$ 3.200. Todos os valores foram estabelecidos pela Fundação São Paulo. Até agora, o salário inicial praticado na PUC-SP era de R\$ 4.111,35, pelo mesmo contrato de 40 horas.



A Reitoria, durante a reunião do Consun de 29/3

Alerta

Um passo para a destruição de nosso contrato de trabalho

A resolução do Consun de realizar novas contratações e aplicar a tabela salarial rebaixada, ainda que seja por um semestre, abre um grave precedente. Estipula-se a fórmula da exploração: trabalho igual e salário diferenciado.

O objetivo dessa medida, decretada pelos interventores, é o de estabelecer um processo de demissão e contratação constante, para rebaixar os salários dos professores da PUC e nivelá-los por baixo, segundo o mercado das empresas privadas do ensino que estipulam a hora-aula. Estamos diante da destruição do nosso contrato de trabalho consagrado pela Deliberação 65/78.

Dizíamos que a “maximização” era um passo para se liquidar uma das maiores conquistas trabalhistas dos docentes do nível superior, que é o contrato por tempo de trabalho e uma jor-

nada compatível com as necessidades de ensino e pesquisa. Os defensores declarados das demissões diziam que o contrato de trabalho não estava sendo questionado. Está aí o resultado cristalino: o Consun admitiu a contratação com salários menores e mostrou que sua resolução contrária às demissões feitas pela Fundação não passou de declaração verbal.

É preciso que os docentes tomem consciência de que nosso trabalho está sendo dilapidado e é preciso sair em defesa da 65/78 (do contrato por tempo de trabalho), fim da maximização, defesa do princípio de trabalho igual/ salário igual e do quadro de carreira. Não teremos como reagir à destruição de nossas condições sem lutarmos pelo fim da intervenção.

APROPUC

Os embriões do fascismo

Apesar de todas as dificuldades, falhas e erros que culminaram com a crise financeira e institucional do momento, a PUC-SP conseguiu construir, ao longo de seus 60 anos de história, um modelo de universidade sem precedentes no Brasil.

Mesmo que a comunidade indique as mais diferentes características, qualidades e virtudes desse modelo, podemos afirmar que ele contempla uma gestão autônoma eleita pela comunidade, um espaço público de compromisso com a transformação social e uma vida acadêmica e universitária fortemente marcada pela liberdade de expressão e de cátedra.

Quem trabalha e estuda na PUC-SP sabe muito bem que as diferenças e as divergências costumam ser respeitadas e fazem parte da riqueza desse ambiente criativo e produtivo construído na convivência e na tolerância; não há registro de que a PUC-SP, pelo menos nos últimos trinta anos, tenha realizado expurgos políticos ou perseguições institucionais a quem quer que seja. Pode, eventualmente, ter acontecido algum caso isolado, em um ou outro departamento ou em uma ou outra faculdade, o que revela que o modelo não é perfeito e tem muito a ser melhorado.

No entanto, nos últimos dois ou três anos, devido inclusive ao agravamento do déficit orçamentário e da ciranda financeira nos bancos, a administração da universidade, constituída principalmente por professores, passou a introduzir valores e práticas gerenciais que afrontam e destróem toda a cultura humanista desenvolvida durante décadas.

Mais recentemente ainda, de dezembro para cá, quando as contradições do modelo afloraram com intensidade, os nervos vieram à pele, as tensões provocaram conflitos generalizados, também ficaram evidentes que algumas mudanças comportamentais, frutos ou não de medidas administrativas, introduziram sementes autoritárias para minar as práticas humanistas e democráticas consagradas anteriormente.

Um exemplo disso foi a terceirização dos serviços de segurança. Antes, os funcionários da PUC-SP se identificavam com os valores da universidade e agiam como cidadãos autônomos e livres, cumprindo funções específicas na gestão do câmpus. Agora, os prestadores de serviços terceirizados funcionam como arapongas, policiais e agentes de espionagem a serviço de alguma estrutura estranha ao ambiente de liberdade e de democracia. Outro exemplo é a centralização e a condução dos laboratórios de informática, onde passaram a valer mais as regras impostas pela tecnocracia do que as finalidades acadêmicas e as relações desenvolvidas nesses espaços.

Da mesma forma, artigos de professores divulgados no calor desta crise apresentaram manifestações claras de intolerância política e intelectual, com pedidos de exclusão do quadro docente da universidade, por pensar de forma diferente ou por defender posição divergente de seus autores. Isso mostra que o germe do fascismo ganhou força nos últimos meses dentro da PUC-SP e que não se trata de mais uma posição no jogo democrático, mas de uma ação destruidora de todas as qualidades e virtudes que tornaram a PUC-SP uma referência nacional de universidade democrática.

Ou seja, no embalo das ditas medidas racionais – técnicas e burocráticas – e das demissões sem critérios, semelhantes aos processos da Inquisição, vieram à tona também os candidatos a Torquemada, discípulos de Mussolini e da TFP. O triunfo dessas diretrizes totalitárias – que muitos apóiam sem maior reflexão – representa, com certeza, o fim daquela universidade estimulada e apoiada por Dom Paulo Evaristo Arns, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Maurício Tragtenberg e Perseu Abramo. Que a sabedoria deles inspire a nossa reação.

*Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.*

AFAPUC envia documento à Reitoria

Abaixo, reproduzimos a íntegra do documento enviado pela AFAPUC à Reitoria na semana passada, sobre a situação dos funcionários da universidade, as dívidas de reajuste e o Acordo Interno de Trabalho:

A AFAPUC e o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (Saaesp) vêm responder ao documento encaminhado por V. S^a. e fazer algumas indagações.

Inicialmente, é importante ressaltar que a crise enfrentada pela PUC-SP não pode ser suportada somente pelos trabalhadores, como ocorrido até agora. Estamos há um ano sem reajuste salarial, e com 411 demissões nos últimos treze meses.

Com isso, os trabalhadores remanescentes vêm aumentando sensivelmente a quantidade de trabalho, atingindo um nível insustentável.

Até o presente momento, a universidade não cumpriu sua obrigação legal de pagar o reajuste salarial de 2005. Também não arcou com a multa pelo atraso dos salários de fevereiro de 2006, forçando os trabalhadores a cogitar a busca de seus direitos através das vias legais cabíveis.

Estranhamos que o reajuste salarial de 2006, que ora a Reitoria sinaliza a pagar, seja o índice previsto pela Convenção Coletiva, quando nesta universidade sempre foi honrado e respeitado o ICV-Dieese, índice que inclusive é o defendido nesta negociação.

A manutenção integral de to-

das as cláusulas sociais do Acordo Interno de Trabalho é uma premissa da qual não abrimos mão. O Acordo Interno de Trabalho possui uma importante função social no âmbito da comunidade puquiiana, há mais de 20 anos, e seus ganhos sociais superam em muito o alegado “custo final” do mesmo.

Em suma, o Acordo Interno de Trabalho é comprovado instrumento de inclusão social.

Por isso, discordamos da alegação de que as cláusulas sociais do Acordo Interno sejam um dos fatores da atual crise financeira e política da PUC-SP. Nem de longe o Acordo pode ser responsabilizado.

Todavia, cientes da grave situação enfrentada pela instituição e dispostos a dar uma justa parcela de contribuição, a AFAPUC e o Saaesp dispõem-se a receber uma proposta concreta e detalhada daquilo que propõe a Reitoria.

Por fim, solicitamos a confirmação da concordância da Reitoria sobre o reajuste salarial, qual seja, de 1º de março de 2006 (data prevista na CCT 2006 e defendida pela AFAPUC/Saaesp).

Assim sendo, aguardamos urgentemente uma resposta por escrito de V. S^a. e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

*Anselmo Antonio da Silva
Presidente da AFAPUC e
representante do Saaesp nas
negociações coletivas*

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Coordenação: Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Conselheiros questionam números sobre cortes

Na primeira parte do Conselho Universitário (Consun) de quarta-feira, 29/3, a Vice-Reitoria Administrativa apresentou números sobre os efeitos das recentes demissões na universidade.

De acordo com a tabela, a soma das demissões efetuadas pela Reitoria com as do Programa de Demissão Voluntária trouxe uma economia de R\$ 1.015.576. A aplicação da Deliberação 65/78 pelos valores máximos redundou num decréscimo de R\$ 988 mil sobre a folha. Por fim, as demissões que a Reitoria afirma serem de responsabilidade exclusiva da Fundação São Paulo resultaram em economia de R\$ 1.839.242. No total, essas demissões, somadas a outros cortes de menor impacto (telefones dos CAs, novo contrato de telefonia, revisão de aluguéis), diminuíram as despesas da universidade em R\$ 4.042.251.

Esse montante surpreendeu alguns conselheiros, que argumentaram haver uma diferença de quase R\$ 1 milhão entre a economia anunciada há algumas semanas e os números apresentados naquela quarta-feira.

Para a conselheira Ana Bock, os números divulgados no Consun não conseguiram inspirar credibilidade, pois as perspectivas apresentadas pela Reitoria sofriam mutação constante: nos últimos meses, variadas planilhas vieram a público, apontando resultados e necessidades conflitantes.

No mesmo sentido foi a fala do funcionário Nalcir Antonio, que questionou o fato de Maura Vêras desmentir afirmações de Dom Cláudio Hummes: “fica complicado o trabalho dos conselheiros quando temos uma fala da reitora dizendo uma coisa, e a do grão-chanceler dizendo outra”.

Para o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva, a diferença entre as planilhas é explicada pelo uso de parâmetros diferenciados nas diver-

Impacto das demissões sobre a folha de pagamentos		
	valor	demitidos
Demissões na folha docente + PDV	R\$ 1.015.576	272
Maximização da 65/78	R\$ 988.000	
Demissões de professores – FSP	R\$ 1.294.391	185
Demissões de funcionários – FSP	R\$ 544.851	123
Outros cortes	R\$ 199.433	
Total geral	R\$ 4.042.251	580

sas ocasiões em que os dados foram apresentados. A Reitoria e alguns conselheiros sugeriram a formação de uma comissão mista, que encaminhasse a preparação desses dados.

Contrato com os bancos

Ainda na primeira parte da reunião, a conselheira Salma Muchail cobrou mais uma vez da Reitoria a divulgação do contrato entre a PUC e os bancos Real e Bradesco. Em resposta, foi distribuído aos conselheiros um documento de duas páginas, assinado pela advogada Maria Rita Bueno, da Coordenadoria da Assessoria Jurídica (CAJ). Nele, constavam alguns dados sobre o acordo. A reitora explicou aos conselheiros que, devido a restrições de ordem jurídica, os contratos não poderiam ser publicizados na íntegra sem que houvesse a concordância das partes envolvidas.

Assim, o documento distribuído no Consun destacava apenas alguns itens do contrato. De acordo com o texto, cada banco emprestou à universidade R\$ 41 milhões. A quitação será feita em 64 parcelas de R\$ 1.366.666, com juros mensais de 0,5%. O pagamento da dívida começa em outubro deste ano, estendendo-se até setembro de 2011. Como condições para o empréstimo, a universidade compromete-se a manter as despesas

com folha de pagamento no limite de 60% de sua renda bruta, e jamais deixar que os gastos com bolsas de estudo superem o mínimo necessário para garantir a filantropia (20% da receita).

Um segundo empréstimo, no valor de R\$ 25 milhões, foi feito posteriormente, elevando o valor total a R\$ 107 milhões. Essa quantia destinava-se exclusivamente para o pagamento de verbas rescisórias, necessárias para efetuar as demissões.

Os conselheiros também estranhararam que o valor previsto no resumo da CAJ para pagamento mensal da dívida (R\$ 1.366.666) fosse sensivelmente diferente daquele exposto em outro documento da Reitoria (R\$ 4.150.000). Flávio explicou que o acréscimo decorria da inclusão de 25 milhões no total da dívida, utilizados para verbas rescisórias.

Otimismo

Alguns conselheiros identificaram no balanço apresentado pela Reitoria um certo otimismo. A professora Salma indagou se a PUC-SP deve se preparar para novas surpresas ainda neste ano. O professor Flávio respondeu que a conjuntura externa (valor da taxa de juros, principalmente) pode influir sobre a situação da universidade, que deve pautar suas atitudes futuras levando em conta a presença da Fundação São Paulo.

Para não dizer que não falei de flores

Franklin W. Goldgrub

Este artigo arrisca-se a causar sorrisos irônicos. Levando em conta o momento que vivemos, seu conteúdo pode parecer decididamente surrealista.

Entretanto... o acontecimento que pretende discutir não deixa de ser ilustrativo em relação à situação atual da universidade.

Na quinta-feira, dia 2 de fevereiro, ao passar pela Rua João Ramalho, percebi que as plantas do canteiro junto ao paredão da universidade haviam sido arrancadas ou podadas até quase a raiz.

Cheguei a ver o jardineiro da universidade, sr. Lopes, com seus dois auxiliares, colocando os galhos cortados em grandes sacos de plástico. Inquirido, respondeu que cumprira ordens, mas negou-se a dizer de quem.

Encaminhada a denúncia à Ouvidoria, esta a dirigiu ao responsável pelo Setor de Manutenção, Sr. Reinaldo Fondello, que explicou por escrito: “... não foram arrancadas nenhuma planta e nenhum arbusto, simplesmente fizemos o serviços de poda das mesmas, pois estavam invadindo a calçada, e ainda tivemos várias reclamações, inclusive de moradores, pedindo para que tomássemos providências a respeito”.

Entretanto, a informação não procede. Uma vistoria no local mostra que pelo menos seis mudas de primavera (provavelmente mais), bem como uma de alamanda, todas bem desenvolvidas, foram totalmente arrancadas; cerca de outras dez cortadas até quase a raiz; e os arbustos floríferos plantados pela Cortez, completamente erradicados.

Permanecem seis mudas de primavera, mais mutiladas do que podadas, das quais só restou o tronco e além dele alguns poucos ramos superiores. Não houve poda nem manutenção, mas devastação.

O trabalho de manutenção, em jardinagem, no caso de crescimento excessivo ou inadequado, é feito mediante orientação dos galhos, amarrando-os na direção planejada. O corte desnecessário deve ser evitado ao máximo. Quanto à poda, sua razão de ser é fortalecer a planta. Acresce que as primaveras e arbustos em questão, plantados há dois anos, estavam em plena floração.

No caso das primaveras (também chamadas “buganvílias”), apenas alguns poucos galhos (e de poucas mudas) efetivamente começavam a debruçar-se sobre a calçada. Dos pequenos arbustos, nem sequer se pode alegar algo semelhante.

As mudas haviam sido plantadas para ocultar o muro de cimento, o aramado da quadra e as serpentinas, tão necessárias como deploradas pela comunidade. Devidamente orientados, os esporões inclinar-se-iam em direção à quadra. Teríamos flores em ambas as faces do muro.

Agora, só daqui a dois anos, e isso se as plantas cortadas até a raiz rebrotarem.

Não é um delírio supor que esse ato de vandalismo possa metaforizar a crise que ameaça a sobrevivência da nossa universidade. As medidas têm gerado um acirrado debate mas, em geral, como aconteceu com as serpentinas, a maior parte da comunidade considera que são necessárias, embora “feias”.

Todos parecem concordar que é fundamental equacionar a saúde financeira da universidade, com o papel que tem desempenhado em ensino, pesquisa e participação na comunidade.

Entretanto, se essa delicadíssima questão, que envolve redução de contratos e demissões, não for tratada com o cuidado necessário, corremos o risco de vandalizar os nossos recursos humanos e promover uma devastação. E talvez nesse caso o rebrote possa não ocorrer, ou demo-

rar ainda mais tempo do que o das primaveras mutiladas.

Deixando a metáfora de lado e voltando à questão concreta, convidamos todos os professores da universidade a subscrever o abaixo-assinado em que pedimos à Vice-Reitoria Comunitária a apuração dos fatos, a restauração do canteiro e o estabelecimento de uma legislação interna que impeça desmandos dessa natureza. O abaixo-assinado em questão pode ser assinado na Secretaria da Faculdade de Psicologia, no andar térreo do Prédio Velho.

É preciso lembrar que na mesma ocasião – há aproximadamente dois anos – em que as mudas das primaveras e arbustos foram plantadas no canteiro da João Ramalho, plantou-se igualmente a calçada da Ministro Godoy com flamboyants e quaresmeiras. Essas mudas foram quase totalmente arrancadas pelos ambulantes (sobraram duas), apesar de que, quando crescessem, seriam os próprios ambulantes os maiores beneficiados pela sombra e a beleza das árvores.

Nessa ocasião, não foi tomada qualquer providência por parte dos responsáveis pelo entorno da universidade.

A PUC tem o direito e o dever de cuidar de seus bens, incluindo suas plantas e seu ambiente físico, tanto interno como externo. O que inclui muros e calçadas. Também em relação a esse aspecto é preciso fazer valer o respeito à cidadania e à civilidade.

Entre tantas mudanças que se tornam imprescindíveis para a recuperação da universidade, esta não é de somenos importância.

Franklin W. Goldgrub é professor da Faculdade de Psicologia

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Consun aprova contratações de professores com salários menores

continuação da capa

Antes mesmo de a reunião começar, 91 professores já haviam sido contratados pelos novos valores: 29 auxiliares de ensino, 41 mestres e apenas 17 doutores. Os dados são da vice-reitora acadêmica Bader Sawaia. Essas contratações foram feitas a partir de um edital do Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe), para substituir os demitidos antes da intervenção.

“As contratações são precipitadas e irregulares, e violam o estatuto e o regimento da universidade”, questionou o professor Dirceu de Mello, que votou contra a medida. Dirceu lembrou que o mesmo Consun havia determinado a revogação das demissões feitas após a intervenção da Fundação São Paulo e, ao aprovar contratações feitas para substituir esses demitidos, ia contra sua própria decisão.

Para o conselheiro Rodrigo de Souza, que também foi contra, a aprovação das novas contratações vem apenas fortalecer a Fundação São Paulo. “Caindo no discurso pró-intervenção e pró-demissões da volta da ‘normalidade’, o Consun atesta sua total incapacidade de zelar pelo padrão de excelência da universidade”, comentou. Outros três conselheiros votaram contra a aprovação: Nalcir Antonio, Helena Borges e Gisele dos Santos Santana. A proposta foi aprovada por 12 votos a cinco.

Pressões da Fundação

A Reitoria recheou a discussão do tema com variadas lamúrias sobre as pressões exercidas pela Fundação São Paulo. A reitora Maura Vêras contou que, quando a secretaria executiva da Fundação estabeleceu os valores para os salários dos ingressantes, foi voto vencido. A secretaria é composta por Maura e mais dois padres nomeados por Dom Cláudio Hummes. “Qualquer leigo vai perceber que a senhora sempre será voto vencido na secretaria exe-

cutiva”, assinalou o funcionário Nalcir Antonio.

A reitora reconheceu que os novos moldes de contratação podem afetar o patamar de qualidade hoje existente na PUC-SP. Segundo ela, contudo, a Fundação alega que, se novos professores forem contratados pelos mesmos valores de hoje, os cortes feitos até agora não surtiriam efeito. “Discordo dessa faixa, mas entendo que a Fundação adotou esses valores por questões econômico-financeiras”, comentou Maura.

Muitos dos professores que votaram a favor consideraram a medida

dura, porém inevitável. “Temos de contratar para impedir que a universidade se inviabilize. Mas é preciso saber em que bases essas contratações serão feitas”, comentou a conselheira Madalena Peixoto.

A decisão do Consun foi duramente criticada na assembléia dos professores do dia seguinte (veja matéria abaixo). “Esvaziaram a identidade do professor. Aceitar a situação emergencial aprovada pelo Consun significa, na prática, acabar com a dignidade dos docentes”, acusou Marília Pardini, professora demitida da Faculdade de Serviço Social.

ASSEMBLÉIA

Professores aprovam novas medidas contra demissões

Reunidos na quinta-feira, 30/3, os professores da PUC decidiram tomar novas medidas contra as demissões efetuadas pela Fundação São Paulo/Reitoria no início deste semestre.

Em primeiro lugar, ficou aprovado o encaminhamento, via APRO-PUC, de um pedido de habeas data, para todos os professores interessados. O habeas data é um recurso jurídico que possibilita, através da via judicial, a exibição de registros públicos ou privados em que estejam incluídos dados pessoais, para que deles se tome conhecimento e, caso se faça necessário, sejam efetuadas as competentes retificações, sejam elas de dados inexatos ou de dados obsoletos ou ainda dados que impliquem discriminação ou prejuízo. A idéia é obrigar à Reitoria tornar públicos os motivos que determinaram as demissões dos professores.

Revoltados com a decisão do Consun de contratar novos professores com salários mais baixos, os docentes também estudam a impetração de mandado de segurança contra tal decisão, que se configura ilegal perante os estatutos da universidade e os acordos coletivos da categoria.

Salários

Diante da falta de resposta por parte da Reitoria sobre os reajustes salariais de 2005 e 2006, bem como de dívidas referentes a acordos anteriores já vencidas, os docentes resolveram marcar uma nova reunião com os administradores da universidade. Caso não seja apresentada nenhuma proposta satisfatória, os docentes poderão entrar na justiça contra a falta de pagamento destes itens.

Um repúdio contra a segurança interna

A assembléia votou também uma moção de repúdio contra a empresa Graber, que faz a segurança do câmpus Monte Alegre. Segundo o professor José Arbex Jr., do departamento de Jornalismo, quando os professores e estudantes daquele curso realizavam uma reunião no pátio do Corredor Cardoso de Almeida, na quinta-feira, 30/3,

um segurança daquela empresa transmitia, via rádio, todo o transcorrer da reunião para seus superiores.

A prática, constitucionalmente ilegal e que atenta contra o direito de reunião na universidade, será comunicada à Reitoria e a Dom Cláudio Hummes, para que se tome as devidas providências contra a empresa.

Rola na rampa

Atividades estudantis não param

Mesmo com o fim da greve, a semana passada esteve repleta de atividades organizadas por estudantes de vários cursos. Na Psicologia, por exemplo, em todos os dias da semana foram realizados debates sobre a situação da universidade, além de eventos artísticos e culturais. O curso de Jornalismo também não deixou a semana passar em branco. Em paralisação na quinta-feira, dia 30/3, tirada em assembléia, estudantes de todos os anos tiveram uma reunião com os professores do Departamento, pela manhã e à noite.

Doe livros para o Timor Leste

Uma campanha de doação de livros para o Timor-Leste foi lançada em 24/3, na Faculdade de Educação da USP. As doações vão contribuir para a formação de professores timorenses, já que quase 70% do corpo docente do país, formado por indonésios, deixou o Timor após a desocupação, em 1999. Um grupo de pedagogos e pós-graduandos brasileiros subsidiados pela Capes já se encontra na capital Dili há cerca de um ano, para auxiliar nesse processo de formação. Os interessados em contribuir podem contatar o cartunista Ruy Jobim Neto, idealizador da campanha, ou a jornalista Virgínia Sampaio, ex-alunada PUC-SP, no blog <http://amigos.timorleste.zip.net>.

Fernando Pessoa em espetáculo no Tuca

Estreou no Tuca neste mês a nova montagem da premiada encenação de *O Fingidor*. Protagonizada por Hélio Cícero, a peça é uma história de ficção escrita e dirigida por Samir Yazbek em torno do poeta português Fernando Pessoa e de vários personagens reais e fictícios, inclusive seus heterônimos, partindo de uma visão bem-humorada sobre a poética do autor. Um dos espetáculos mais elogiados produzidos nos últimos anos, *O Fingidor* já está em cartaz desde sábado, dia 1, e permanece até 7 de maio. Informações: 3670-8455.

Moção de apoio à luta dos(as) estudantes, docentes e funcionários da PUC-SP

A Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social apóia a luta dos(as) estudantes, docentes e funcionários da PUC-SP, pela recontração dos docentes e técnicos administrativos e em defesa da autonomia da universidade.

Compreendemos que os problemas enfrentados pela comunidade da PUC-SP fazem parte de um processo nacional de inserção do capital no ensino superior. Desde a ditadura militar, assistimos à expansão da iniciativa privada dentro e fora das instituições de ensino superior públicas, e à política de sucateamento da rede pública. Mas é a partir dos governos neoliberais que o capital consegue avançar, com fôlego, na transformação dos direitos (dentre eles o da educação) em serviços.

O governo Collor chegou a propor o corte dos 18% da União destinados constitucionalmente à educação, e a privatização das universidades. Entre 1992 e 2002, gestões Itamar e FHC, a quantidade de instituições públicas diminuiu de 227 para 195, enquanto o número de privadas cresceu de 666 para 1442 (Inep/MEC). O governo Lula segue aprofundando o processo de privatização e sucateamento do ensino superior brasileiro, através de todos os projetos que compõem a reforma universitária (Parcerias Público-Privadas, Decreto das Fundações, ProUni, Sinaes/Enade, Lei de Inovação Tecnológica, e o

anteprojeto da educação superior).

[...] Nas filantrópicas, como é o caso da PUC-SP, o ProUni abriu brecha para que as instituições deixem de reverter 20% da receita em bolsas. Hoje, mais de 50 escolas estão com situação irregular. O governo não fiscaliza devidamente o acesso a essas bolsas, que é um direito dos(as) estudantes, é negligente perante a falta de qualidade dos cursos, a falta de pesquisa e extensão e, ainda assim, permanece investindo dinheiro público nessas instituições. É isso que significa a proposta de transferência de 80 milhões de reais do BNDES para o Bradesco e o Real. A comunidade da PUC, de forma absolutamente autoritária, paga a dívida duas vezes e sofre danos acadêmicos e trabalhistas irreparáveis.

Reafirmamos nosso apoio a esse movimento, que é uma trincheira contra o avanço da concepção de educação como mercadoria, na qual não importa a qualidade do ensino, não importa a governos, igrejas e ao capital o papel que uma produção de conhecimento autônoma cumpre na sociedade, e sim o lucro. Nos colocamos à disposição do movimento, levantando a bandeira de um ensino superior público, gratuito, de qualidade, com democracia, para todos e todas.

Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social